

Alívio no crédito tenta frear

ESTADO DE SÃO PAULO 02 MAI 1996

*Objetivo do governo é
agora assegurar
crescimento de pelo
menos 3% este ano*

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — As medidas de alívio no crédito aprovadas terça-feira pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) foram adotadas para frear o movimento de desaceleração da economia e garantir um crescimento econômico de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. No acumulado dos últimos 12 meses a economia já enfrentou um recuo de 1,5%, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, do Ministério do Planejamento.

A equipe da Fazenda já dispunha de informações que montavam um quadro preocupante para os próximos meses, com expectativa de crescimento de apenas 2%. No início do ano, a estimativa oficial era de que o PIB cresceria 4%, quase no mesmo nível de 1995 (4,2%), mas abaixo do de 94 (5,8%).

Apesar do cenário preocupante, o CMN foi cauteloso: preferiu não mexer nos depósitos compulsórios — o dinheiro que os bancos são obrigados a recolher ao Banco Central. Mais do que isso, optou por uma solução que não obriga o governo a abrir mão da queda gradual dos juros. Ou seja, ao reduzir de 12% para 6% a alíquota do IOF sobre os empréstimos às pessoas físicas, o governo espera que os bancos derrubem os juros desses empréstimos.

O raciocínio técnico parte do pressuposto que, se os bancos vão pagar menos imposto, poderão também cobrar juros menores. Apesar de já se estar definindo juros mais baixos para a remuneração dos títulos públicos, essa queda ainda não se refletiu nos empréstimos bancários. O uso do cheque especial, por exem-

plo, continua com encargos de cerca de 9%. "Não faz sentido o governo adotar um juro menor e os bancos cobrarem uma taxa absurda", ponderam os assessores, lembrando que a estimativa é de uma taxa de 2% em maio, caindo progressivamente até 1,86% a 1,9% em agosto.

A decisão do CMN não descarta, porém, a possibilidade de, ainda este semestre, mudar os compulsórios, caso o alívio de agora não seja suficiente para garantir o crescimento da economia. Essa medida não se justificaria agora porque o problema não é de falta de dinheiro em circulação no mercado, na avaliação do governo. Ao contrário, os assessores disseram que no mês passado, o BC interveio três vezes para reduzir a liquidez. Por isso, a alternativa, neste momento, era a redução do IOF.

A queda do imposto alivia principalmente as pequenas e médias empresas comerciais, que não estão sobrevivendo à pesada carga fiscal nem têm condições de ampliar o prazo de financiamento no crédito direto ao consumidor. As empresas de grande porte es-

tão suportando o aperto e, com facilidade, conseguem vender em 12 prestações ou mais. Os técnicos não prevêem um boom de consumo por causa das medidas.

O boom não se justificaria porque ainda é elevado o nível de endividamento das pessoas que tomaram empréstimos. Outro argumento é o fato de que, segundo técnicos, cada vez mais se cristaliza na sociedade a compreensão de que a estabilidade veio para ficar e não se justifica uma corrida ao consumo. "O preço não vai aumentar de um dia para o outro e isso ajuda a adiar compras", ponderam eles, argumentando que os trabalhadores estão cautelosos em contrair novas dívidas porque ainda há o risco do desemprego.

■ Mais informações na página 3

queda da economia